

Câmara analisa ofício do MP sobre conduta da vereadora Thania Kaminski



Assunto foi votado na sessão da última quarta-feira (15)

Plenário votou pela não abertura de investigação sobre o possível uso da estrutura da Casa para fins pessoais

Nelson da Luz Junior
nelson@diariosudoeste.com.br

O plenário da Câmara de Vereadores de Pato Branco analisou na última quarta-feira (15) o ofício encaminhado a casa pelo

Ministério Público, que notifica sobre possíveis irregularidades cometidas pela vereadora Thania Kaminski.

De acordo com ofício, a vereadora teria utilizado a estrutura da câmara para fins pessoais, ao se manifestar sobre investigações a respeito de denúncias de maus tratos aos animais envolvendo o seu nome, e sobre a posse de um animal com diagnóstico de leishmaniose.

O ofício foi despachado pela promotora Ivania Ostapiv Rigailo, coordenadora

regional do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (Gaema), do Ministério Público do Paraná.

Segundo o documento, lido na sessão de quarta-feira (15), a vereadora Thania Kaminski teria se manifestado por meio de expediente formal da Câmara sobre a apuração de denúncia do MP a respeito de sua posse de um animal diagnosticado com leishmaniose canina, caso que teria recebido indicação técnica de eutanásia.

Ainda segundo o docu-

mento, a vereadora teria utilizado do expediente da Câmara no dia 18 de maio de 2022 para requisitar informações a Secretaria Municipal do Meio Ambiente sobre uma denúncia de maus tratos a animais de uma propriedade rural que seriam de sua responsabilidade.

Segundo o ofício, nenhum dos casos se relaciona com sua atividade legislativa, e portanto, o comportamento feriria o princípio da impessoalidade.

O ofício foi recebido pela Câmara no último dia

30 de maio, para que o presidente da casa, o vereador Claudemir Zanco, tivesse conhecimento dos fatos e encaminhasse o andamento de possíveis providências legais.

O documento foi analisado pelo departamento jurídico da Câmara, e a mesa diretora decidiu em reunião levar o tema para votação do plenário.

Coube aos vereadores decidirem ou não pelo aceite do documento como uma denúncia, e instaurar procedimentos de apuração da conduta ética parlamentar

da vereadora.

A proposta foi rejeitada por 5 votos a 4, entendendo o ofício do Ministério Público como um encaminhamento. Votaram a favor da investigação os vereadores Januário Koslinski, Eduardo Dala Costa, Maria Cristina Hamera e Romulo Faggion.

Votaram contrários os vereadores Dirceu Boaretto, Joecir Bernardi, Lindomar Brandão, Marcos Marini e Rafael Celestrin. A vereadora Thania Kaminski se absteve por não se sentir apta a votar.

Comissão de Orçamento e Finanças promove Audiência Pública para debater LDO

Redação com assessoria
redacao@diariosudoeste.com.br

Antes do feriadão de Corpus Christi, na quarta-

feira (15), a Câmara Municipal de Pato Branco, realizou Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 62, de 2022, que dispõe so-

bre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), com ações prioritárias da Administração Pública, funções e subfunções de Governo, me-

tas e riscos fiscais, diretrizes gerais para elaboração financeira e políticas de fomento e desenvolvimento, a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município, em 2023.

Para o próximo ano, o Município estabeleceu o valor de R\$ 525 milhões, como limite para elaboração do seu orçamento fiscal.

A Audiência foi organizada e apresentada pela Comissão de Orçamento e Finanças (COF), que tem como presidente, o vereador Joecir Bernardi (PSD).

Pelos dados apresentados pela contadora da Casa, Bárbara Santos Klein Librelato na síntese de metas fiscais, o município de Pato Branco fixa, como meta para 2023, um superávit primário de R\$ 2.486.208,80 e déficit nominal de R\$ 900 mil. E, também, tem como meta atingir uma dívida pública consolidada de R\$ 69,3 milhões e dívida consolidada líquida negativa de R\$ 18,9 milhões. "Lembrando que, neste caso, o negativo significa que, após pagamento da dívida consolidada, ainda restaria de caixa e de mais haveres financeiros, o valor de R\$ 18,9 milhões", explicou Bárbara.

Como foi estabelecida a distribuição orçamentária de 2022

Câmara Municipal	R\$ 11.155.000,00
Governo Municipal	R\$ 2.931.327,16
Procuradoria	R\$ 1.166.444,00
Sec. Planejamento Urbano	R\$ 3.108.900,00
Sec. Administração e Finanças	R\$ 39.287.004,72
Sec. Engenharia e Obras	R\$ 33.923.173,00
Sec. Educação e Cultura	R\$ 101.131.555,93
Sec. Saúde	R\$ 179.261.598,00
Sec. Assistência Social	R\$ 20.614.033,16
Sec. Desenvolvimento Econômico	R\$ 11.849.503,96
Sec. Agricultura	R\$ 12.523.177,00
Sec. Meio Ambiente	R\$ 22.478.493,70
Sec. Esporte e Lazer	R\$ 14.508.650,37
Sec. Ciência, Tec. e Inovação	R\$ 4.731.739,00
Sec. Executiva	R\$ 980.900,00
Subprefeitura de S. R. do Chopim	R\$ 410.700,00
Patoprev	R\$ 29.937.800,00

Previsão de distribuição orçamentária em 2023

Câmara Municipal	R\$ 11.713.000,00
Governo Municipal	R\$ 3.366.982,50
Procuradoria	R\$ 1.403.145,00
Sec. Planejamento Urbano	R\$ 3.490.020,00
Sec. Administração e Finanças	R\$ 53.504.734,03
Sec. Engenharia e Obras	R\$ 35.786.600,00
Sec. Educação e Cultura	R\$ 104.348.986,52
Sec. Saúde	R\$ 179.839.953,48
Sec. Assistência Social	R\$ 20.987.545,00
Sec. Desenvolvimento Econômico	R\$ 14.329.415,00
Sec. Agricultura	R\$ 12.574.287,50
Sec. Meio Ambiente	R\$ 22.872.210,02
Sec. Esporte e Lazer	R\$ 11.945.875,00
Sec. Ciência, Tec. e Inovação	R\$ 5.430.875,95
Sec. Executiva	R\$ 1.029.945,00
Subprefeitura de S. R. do Chopim	R\$ 441.735,00
Patoprev	R\$ 41.934.690,00

Excursão - Julho 2022

Aparecida

Saída: Pato Branco/
Laranjeiras do Sul:
08/07/2022
Chegada:
11/07/2022

R\$ 1100,00

EM ATÉ 3x NO CARTÃO

46 3220-7500
46 99107-0974

ÔNIBUS LEITO Double Decker

BRANTUR
Sua melhor viagem!